

A BÍBLIA DOS POBRES E O SISTEMA LITERÁRIO: A LEITURA BÍBLICA A PARTIR DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Anderson de Oliveira Lima¹

Resumo: Neste artigo vamos primeiramente dedicar espaço à discussão sobre a constituição e o status da literatura, empregando a ideia de Sistema Literário desenvolvida por Antonio Candido como alternativa para se estudar literatura. Dessa discussão teórica passamos à Teologia da Libertação latino-americana que será estudada a partir do Sistema Literário como instituição ideológica mediadora da leitura bíblica nesse contexto.

Palavras-chave: sistema literário; teoria literária; teologia da libertação; bíblia; exegese bíblica

Abstract: In this article we will first devote some space to the discussion of the constitution and status of literature, employing the idea of Literary System developed by Antonio Candido as an alternative to study literature. From this theoretical discussion we follow to the “Teologia da Libertação” (Liberation Theology) in Latin America, that will be studied as a kind of mediator for the biblical reading in its context.

Keywords: literary system; literary theory, liberation theology, bible, biblical exegesis

¹ Doutorando em Ciências da Religião (Universidade Metodista de São Paulo), financiado pelo CNPq, aol10@ibest.com.br

Introdução

Para dar início à nossa discussão, proponho que dediquemos nossa atenção, por algumas linhas, à importante hipótese de Terry Eagleton em *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. Eagleton é um reconhecido professor de literatura, que nessa obra citada lidou com a questão de definir o que é “literatura”. Como sabemos, essas questões são antigas; dizem respeito ao modo elitista e preconceituoso de se classificar as produções literárias como alta e baixa literatura, como literatura erudita e popular ou de massa, como literatura de proposta e de entretenimento... A aclamação de determinados títulos e gêneros a rejeição a outros ainda pode partir de fatores subjetivos, como a mera adequação da obra às expectativas de determinada elite cultural que rejeita qualquer coisa que lhes pareça “popular”, compreensível às massas. Como já se disse, tais avaliações evidenciam a “miopia de nossa crítica para questões que fujam ao quadro da literatura erudita” (PAES, 1990, 28-35). Diante desse quadro ainda real, Terry Eagleton afirmou que não há nenhuma característica implícita aos textos que nos permitam dizer o que é ou o que deixa de ser literatura, e tentou evidenciar as limitações das definições que buscaram por tais características. Eagleton nos lembra que já se acreditou que o que definia uma obra literária é seu caráter ficcional, mas ele cita exemplos de textos que originalmente eram historiográficos e que depois se tornaram mitologia, assim como textos que trilham o caminho oposto, que nascem como fábulas e que depois se tornam fontes para a pesquisa histórica. Ele também aborda outra hipótese, a de que a literatura se defina pelos efeitos de “estranhamento” ou “desfamiliarização” que provoca (2006, 3-10). Essa hipótese foi defendida por alguns representantes do chamado “formalismo russo”, mas Eagleton diz que a busca pelos efeitos de *desfamiliarização* traz consigo uma atitude predefinida contra os sistemas sociais e culturais da época, uma suspeita que é mais pessoal do que um recurso literário propriamente dito. Outra hipótese que ele procura derrubar é a de que a literatura, como expressão artística, tem um modo peculiar de traduzir sentimentos humanos universais, pelo que seus objetivos comumente são não pragmáticos. Outra vez, Eagleton recorre à história, menciona exemplos que desmentem essa hipótese. Citando Eagleton:

Um segmento de texto pode começar sua existência como história ou filosofia, e depois passar a ser classificado como literatura; ou pode

começar como literatura e passar a ser valorizado por seu significado arqueológico. Alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, e a outros tal condição é imposta. (2006, 13)

A última hipótese que Eagleton considera falsa está baseada na imprecisa definição de “belo” (2006, 15-16). Isso acontece não apenas em relação à literatura, mas em relação à arte em geral, no entanto, definir literatura dessa maneira é algo simplesmente inviável. A imprecisão dessa definição é ainda maior que nas anteriores, pode variar de um público a outro, de um crítico a outro, pelo que gostos e opiniões pessoais podem incluir ou excluir as obras que lhes agrada ou não da estante de literatura. Em vez de nos dizer o que é literatura, o conceito de “belo” só poderá dizer o que é “literatura” para alguém.

Agora, passemos à hipótese de Eagleton, que é também a que adotaremos nessas páginas:

O que importa pode não ser a origem do texto, mas o modo pelo qual as pessoas o consideram. Se elas decidirem que se trata de literatura, então, ao que parece, o texto será literatura, a despeito do que o seu autor tenha pensado. (2006, 13)

Noutras palavras, para Terry Eagleton qualquer característica implícita que se possa encontrar em textos considerados literatura é insuficiente para que a definição tenha aplicabilidade geral. Ele opta, por fim, por uma definição social, onde a eleição de uma obra ao status de “literatura” é principalmente uma questão de aceitação social (2006, 13-18). De alguma forma Eagleton desmistifica a ideia que eventualmente podemos ter em relação aos “clássicos” ou quanto ao gênio de seus autores. Se o que define uma criação literária é o seu uso, também podemos supor que algumas dessas grandes obras galgaram prestígio de maneira mais espontânea que outras, posto que nos nossos dias é impossível desconsiderar a influência de instituições mediadoras que editam, publicam, divulgam, avaliam e vendem essas obras, na tarefa de dar-lhes determinado “lugar”. A eleição de um texto qualquer ao privilegiado rol das obras literárias depende, sobretudo, de práticas sociais, da circulação do texto entre leitores, e do julgamento de determinadas elites acadêmicas ou de influências econômicas. Esse processo é similar àquele que oferece a certos documentos religiosos o status de “sagrado”; a diferença é que em nosso mundo o título de “sagrado” só pode ser delegado por “autoridades” eclesiásticas, enquanto que o de “literatura” é uma atribuição principalmente de “autoridades” acadêmicas, que também são influenciadas por outras forças.

Aprofundando essa discussão, podemos também recordar o modelo de “sistema literário” desenvolvido por Antonio Candido em *Formação da Literatura Brasileira*, publicado originalmente em 1959. Na introdução de sua obra, Candido lida com o problema de definir um ponto de partida para sua pesquisa sobre a literatura brasileira, e adota com seu “sistema literário” um modo de definir literatura bastante próximo àquele que vimos em Terry Eagleton. Ele parte em busca de elementos de natureza social que fazem da obra literária um aspecto orgânico da civilização, e nos propõe que a obra literária deve ser considerada a partir de três instâncias de interação: autor, obra e público. Para Candido, obras literárias já nascem dentro de um sistema, e quando saem do controle de seus autores e recebem sanção positiva por parte do público leitor que é também parte do sistema, tornam-se parte de uma “tradição” literária. Assim, uma obra literária nasce no interior de um sistema literário, dialoga com outros textos, reflete pensamentos mais antigos que circulavam nele, dialogam e também passam a se comunicar com autores e leitores que darão continuidade a essa tradição. Apesar das evidentes dificuldades para se delimitar fronteiras desse sistema, é fácil notar que autores e obras que não estão integradas a essa tradição costumam ser ignoradas, tratadas como outra coisa (entretenimento talvez) e não como literatura.

Num artigo de 2005, Marisa Lajolo discutiu essa ideia de “sistema literário” lendo a obra já citada de Antonio Candido e outras, e identificou um acréscimo ou atualização desse sistema literário que nos parece determinante. A autora sugeriu que desde Antonio Candido se tornava cada vez mais imprescindível considerar o papel desempenhado por diferentes “instituições” que geralmente atuam mediando o contato dos autores e dos públicos com as obras em si. O papel cada vez mais decisivo das instituições mediadoras ligadas ao mercado, sem nenhuma dúvida, implica em nova complexidade à ideia de sistema literário, o que nos força a reformular o conceito a cada novo objeto de estudo para dar conta dessa importante (quarta) instância do sistema.

Nessa breve reflexão, nosso objetivo é considerar um tipo específico de leitura bíblica, a praticada pelos adeptos da chamada “Teologia da Libertação”, e vamos considerar essa leitura a partir dessa ideia de “sistema literário” que desenvolvemos. Assim, esse artigo assume um papel informativo e crítico, dá a conhecer questões relacionadas à teoria literária, mas também nos introduz nessa ramificação tipicamente latina da história da teologia.

A Bíblia lida pela Teologia da Libertação (TL)

Essa teologia a que nos temos referido é originalmente latino-americana, e nasceu por volta de meados da década de 60 do último século a partir da consciência de que existe uma situação injusta de dominação de alguns seres humanos sobre outros. Embora o objetivo seja teológico, essa “escola” de leitura bíblica tomou posse primeiramente de um instrumental sociológico que tornava mais clara a estrutura dicotômica de sua realidade social, e sobre essa construção de mundo elaborou uma ideologia de libertação do sujeito “oprimido”. Podemos dizer que a TL se concentrou nas oposições entre os grupos dos opressores e o dos oprimidos, entre os detentores do poder e os pobres destituídos de seus direitos, entre Impérios e Províncias, campo e cidades, e evidentemente o lado dos fortes e ricos foi sempre tratado pejorativamente. Vamos ler o que escreveram J. B. Libanio e Afonso Murad sobre isso:

[...] a TdL (Teologia da Libertação) aproximou-se de todo pobre, pelo simples fato de ser pobre. Não se lhe atribui nenhum carisma especial. Mas vê-se nele um amado de Deus precisamente porque pobre. Esta misteriosa predileção de Deus pelo pobre alimenta a força espiritual da TdL. (2005, p. 173)

Como se pode ver, a TL não nasce da leitura bíblica; essa literatura só exerce um papel secundário nela, o que quer dizer que entre os leitores adeptos dessa teologia e os textos bíblicos, existe um intermediário ideológico que condiciona fortemente a interpretação dos textos. Toda teologia parte mesmo de uma ideologia, de determinada ideia religiosa e de um posicionamento conscientemente assumido diante de questões políticas e sociais. Nesse caso latino-americano, haviam grupos não religiosos revolucionários que atuavam a partir de ideias libertárias similares, mas a TL acrescenta valores cristãos à sua forma de reivindicar justiça, o que fez nascer desses projetos de libertação uma teologia nova e condizente com aquela situação. Em resumo, a exegese latino-americana das últimas décadas do século XX abordou a economia do cristianismo primitivo a partir de modelos macroestruturais, buscando traduzir por meio de um discurso bíblicamente fundamentado as reivindicações de leitores que viam a si mesmos como oprimidos e marginalizados por uma elite urbana imperialista dos países de primeiro mundo.

Como salientam Libanio e Murad, a TL “quer ser uma teologia profundamente vinculada com a prática [...] uma reflexão crítica da própria prática teológica, das práticas pastorais das comunidades cristãs e das práticas político-sociais do cristão e do ser

humano como tal” (2005, 182), mas para chegar a este momento, ela começa com o emprego de instrumentos oriundos da sociologia a fim de apreender de maneira analítica a realidade social que ela deseja transformar (2005, 174-175). Embora falem da TL no presente, esses mesmos autores acima citados apontam para o fato de que nos dias de hoje a TL já é considerada coisa “antiga”. Ainda que segundo Libanio e Murad valores defendidos pela TL como justiça social, liberdade e fraternidade ainda devam ser almejados, um fator histórico os levou a emitir tal juízo negativo: é que as utopias socialistas dessa teologia perderam força diante do colapso do socialismo do Leste Europeu, pelo que a TL com sua visão dualista do mundo tornou-se instrumento insuficiente para lidar com a complexidade do capitalismo globalizado e do mercado, que não pode ser estigmatizado de maneira simplista (2005, 186-187).

Mas nossa busca é principalmente pela maneira com que a TL leu a Bíblia, problema que Libanio e Murad tocaram apenas de passagem, dizendo: “Receia-se que a intencionalidade prática termine por subordinar a Transcendência da revelação divina à práxis, deturpando-lhe o sentido profundo” (2005, 189). Obviamente o receio a que eles se referiram parte de um discurso também teológico que lê a Bíblia de maneira mais desvinculada da matéria e mais transcendente, o que não deixa de ser também, um pressuposto religioso distinto que interfere na leitura. Trata-se de uma discussão religiosa, infundável, e de pouca importância para nossos objetivos, já que tal diálogo se pautaria em dogmas distintos e necessariamente indiscutíveis. De nossa parte, importa compreender que a TL, que nas palavras de Libanio e Murad é uma teologia da práxis, para a práxis, na práxis e pela práxis (2005, 184), exerce uma forte influência sobre o leitor da Bíblia que porventura aventura-se por suas páginas e mantém algum vínculo com esta teologia. Para o sistema literário, a TL com toda sua ideologia funciona como uma instituição mediadora da leitura, e o fluxo de interferências mútuas entre essa instituição, que também está de alguma forma ligada a outra instituição a igreja, sobre o leitor em seu contato com a Bíblia, produz resultados específicos que melhor se explicam mediante a compreensão de todo o sistema. Antes mesmo de se considerar a literatura bíblica, os valores já estavam estabelecidos; heranças de grupos revolucionários e da igreja cristã se fundiram para formar uma teologia que lhes atendessem. Nós, se procurarmos ler os mesmos textos fora daquele mundo de ideias, ou melhor, fora daquele sistema, nos encontraremos em uma posição privilegiada para estudar a força dessas mediações ideológicas na leitura bíblica latino-americana. A conclusão prevista é que os teólogos da libertação produziram leituras de valor principalmente pastoral e

localizado, onde o conteúdo dos textos “sagrados” e as metodologias exegéticas já dominadas exercem papel bastante marginal no processo de produzir sentido (NOGUEIRA, 1997, 59).

Nessa abordagem, vale a pena mencionar a participação de RIBLA (Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana) na história desse processo de leitura; este é um periódico ainda em atividade que se tornou um importante meio de comunicação dos teólogos dessa escola, e nos serve como fonte de pesquisa porque publicou sempre textos dedicados à interpretação bíblica a partir da TL, embora não exclusivamente. Nas próximas páginas vamos propor um rápido exame de algumas citações tiradas de RIBLA, para que as afirmações já feitas encontrem justificativa mais direta.

Alguns Exemplos de Leituras Mediadas pela TL

Em 1997, RIBLA dedicou um número especialmente a leituras do Evangelho de Mateus, e vários dos artigos inclusos seguem nessa direção “libertária” a que estamos nos referindo. Indo direto ao ponto, vamos ler algumas linhas escritas nesse número do periódico por Pablo Richard, um sacerdote católico e teólogo chileno, que publicou ali um artigo intitulado *Evangelho de Mateus: Uma Visão Global e Libertadora*. O artigo traz um esboço da macroestrutura do livro do Novo Testamento, e expressa seus pressupostos e intenções com bastante clareza, dizendo:

[...] é tão importante resgatar o sentido original do evangelho para confrontar a igreja com a utopia de suas origens [...] A igreja deve se olhar no evangelho como num espelho e se perguntar: ‘Igreja, o que dizes de ti mesma?’ [...] O importante é estar, como igreja, orientado por uma utopia do evangelho. (1997, 7-8)

Vê-se que o texto de Richard quer exercer influência sobre o leitor, quer manipulá-lo, levá-lo a aceitar os valores e utopias do texto bíblico para sua vida. Também está claro que o leitor que se tem em mente é um leitor cristão, que é parte da “igreja”, que lê também o texto bíblico, e que carece dessa motivação que o autor busca tirar do evangelho, texto que como sabemos, é tido como “Palavra de Deus” e possui valor normativo nos círculos cristãos. A leitura é historicista, antiquada; diz o autor que é possível “resgatar o sentido original do evangelho”, como se não houvesse mediações de leitura, como se esse sentido original pudesse mesmo ser desvendado por algum leitor de hoje. Assim sendo, podemos concluir que antes do conteúdo extraído do texto por meio da leitura, o autor já assumira seus ideais libertários típicos da TL, e seus pressupostos de

fé herdados da igreja cristã. Partindo daí, o texto bíblico não foi examinado por si mesmo, mas serviu para dar legitimidade a essas posições previamente assumidas pelo leitor, que agora como autor, também quer conduzir outros leitores às mesmas conclusões.

Pensando novamente no sistema literário, Richard é um leitor que não vai ao texto diretamente, de maneira pessoal e livre de influências externas (o que também, convenhamos, é impossível). Sua leitura é mediada por sua religião e por sua adesão àquela linha teológica específica, de modo que quando lemos suas análises, a obra, o leitor e as instituições mediadoras interagem, e em certa medida, somos capazes de identificar a presença de cada uma dessas instâncias.

No mesmo número de RIBLA, Gustavo Gutiérrez, outro sacerdote católico, filósofo e teólogo peruano, publicou o artigo *Gratuidade e Fraternidade – Mateus 18*, uma análise exegética de finalidade pastoral que traz dizeres como esses:

Fora do amor gratuito a igreja pode se perder em regras de conduta puramente formais, desvirtuar-se em abusos de poder, viver segundo as categorias que privilegiam os poderosos [...] Vendo a história desde os pequenos deste mundo, recebendo-os, acolhemos a Jesus e o colocamos no centro de nossa oração e de nosso compromisso. Com ele caminhamos, como igreja peregrina, para o Pai, o Deus de amor, o Deus da vida (1997, 83).

Lendo apenas essas linhas é difícil entender que relação há entre elas e o texto do capítulo 18 de Mateus, mas se lermos o evangelho fica mais fácil notar que TL facilita a identificação do autor com este capítulo, que fala muito sobre o cuidado com os “pequeninos”, os mais carentes, do perdão de dívidas etc. Selecionamos essas linhas porque elas não somente quase que ignoram o texto bíblico que era comentado no artigo, como passa a falar de instâncias extratextuais a partir de pressupostos bem explícitos.

Novamente o leitor ideal é parte da igreja, instituição que vive entre o “amor gratuito” de Jesus expresso no evangelho e as estruturas sociais, econômicas e políticas do mundo, que segundo o autor, “privilegiam os poderosos”. Os “pequeninos” que o Evangelho de Mateus procura proteger em seu capítulo 18 são, portanto, aqueles que não possuem poder, que estão do lado oposto daqueles poderosos, que precisam de cuidados, que sonham com um mundo mais justo e igualitário. O apelo é para que a igreja siga o exemplo de Jesus nesse capítulo acolhendo os “pequeninos” e rejeitando os “poderosos”, se fazendo uma instituição contrária às convenções das sociedades humanas que são injustas, hierarquizadas, más... Enfim, o texto de Mateus 18 é certamente muito bem quisto pela TL. Parece mesmo confirmar a ideia de que Deus se importa mais com os pobres. A TL sempre preferiu textos assim, que parecem repetir suas reivindicações, por

outro lado, é evidente que outras passagens bíblicas construídas do ponto de vista de determinadas elites, não servem tanto a seus interesses.

Considerações Finais

No encalço dessas leituras, vários outros autores poderiam ser mencionados, mas não convém ir tão longe nessas poucas páginas. O que realmente importa é ressaltar quão forte é a intermediação dessas “instituições” na leitura. Para dar conta do problema, é preciso ir além das antiquadas buscas pelas intenções originais dos autores, por suas biografias e características psicológicas; é preciso também ir além da análise dos conteúdos, sincrônica, e também dar conta da história da recepção de modo abrangente, aprendendo a considerar a interação das diferentes partes do sistema literário na criação de sentidos para o texto bíblico. A TL e seus representantes, quando abordam o texto bíblico, o fazem sob influência de utopias latino-americanas oriundas de uma situação de desigualdade e suposta injustiça, e também sob a influência de valores cristãos que os impede de atuar por meio da violência como faziam outros grupos do mesmo contexto. Aí, os textos lidos são selecionados, seus conteúdos são ressignificados e conhecemos um Deus que está do lado dos pobres, o que confirma os ideais dessa instituição que é a própria TL e incentiva seus projetos libertários. De maneira pragmática, a afirmação que podemos fazer é a de que o texto diz o que o leitor quer ouvir, e como texto sagrado dá legitimidade a seus próprios pressupostos. Não se trata de mera crítica, de sancionar negativamente esses leitores explicitamente condicionados e sugerir alguma nova maneira de ler livre dessas interferências; o que podemos fazer é aprender a avaliar a interação das instâncias do sistema literário e toda forma de leitura, reconhecendo também o papel dessas intermediações em nossa própria atividade.

Referências

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2009.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GALLAZZI, Sandro. *O evangelho de Mateus: uma leitura a partir dos pequeninos*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Gratuidade e fraternidade – Mateus 18. In. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana* (Ribla), 27. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1997, p. 77-83.

LAJOLO, Marisa. A leitura em “formação da literatura brasileira” de Antonio Candido. In. *Desenredo* (Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo), v. 1, n. 1, 2005, p. 75-90.

LIBANIO, João Batista, MURAD, Afonso. *Introdução à teologia: perfil, enfoques, tarefas*. São Paulo: Loyola, 2005.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. Os primeiros cristãos e o mundo urbano: A importância da cidade no surgimento das comunidades cristãs. In. *Estudos de religião*, Ano XI, nº 13, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 1997, p. 57-69.

PAES, José Paulo. *A aventura literária: ensaios sobre ficção e ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

RICHARD, Pablo. evangelho de Mateus: uma visão global e libertadora. In. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana* (Ribla), 27. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 7-28.